

Fundo do DF terá semana decisiva no Congresso

RECURSOS / Políticos do Distrito Federal voltam a concentrar esforços para convencer lideranças partidárias da Câmara dos Deputados sobre a importância do repasse à capital do país. Celina Leão deve se encontrar com Lira nesta semana

Bancada do DF intensifica ações para salvar o FCF

• ARTHUR DE SOUZA • MILA FERREIRA

A partir de amanhã, políticos do Distrito Federal terão uma nova batalha pelo Fundo Constitucional do DF (FCDF). Depois de passar por uma importante etapa no Senado Federal — onde o relatório do arcação fiscal, senador Omar Aziz (PP-MG), retinha o fim do teto fiscal — a manutenção ou não dos recursos do fundo, da forma como calculado atualmente, volta para a Câmara dos Deputados, para uma nova votação dos parlamentares.

A vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), disse, na última quinta-feira, que terá um encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-MG), nesta semana. "Vamos tratar sobre o reajuste das forças de segurança e a manutenção do Fundo Constitucional, duas pautas importantes para a cidade e que devem ser discutidas", destacou.

No Correio, a vice-governadora acrescentou que não existe uma data definida para o encontro e nem quem irá participar da reunião. "Quero falar, primeiramente, com o presidente Arthur Lira. Mas é claro que pretendo conversar com todos os líderes depois", ressaltou. Em relação à votação na Câmara, Celina disse que ela e o governador Bruno Brazuca (MDB) estão com "bons expectativas" e confiam na possibilidade da Câmara Federal.

**Discussão**  
Na quarta-feira, durante um evento, Celina disse acreditar que o presidente Arthur Lira "não irá falhar conosco". "Vamos construir a votação naquela Casa que respeito demais. Estive quatro anos lá. Eu confio na liderança do presidente Arthur, confio no bom senso do relator e amigo (Cláudio) Cajado (relator do arcação fiscal na Câmara). Nesta semana, estamos lá discutindo o Fundo Constitucional e vocês podem ter certeza de que nós iremos vencer também na Câmara", declarou.

Segundo o coordenador de Estados e Municípios da BMJ Consultores Associados, Trivél Calmon, os deputados federais devem analisar somente os dispositivos modificados pelo Senado. Celina disse que ela e o governador Bruno Brazuca (MDB) estão com "bons expectativas" e confiam na possibilidade da Câmara Federal.



Deputados devem analisar, ainda neste semestre, as alterações feitas pelo Senado, incluindo a retirada do FCF do teto fiscal

Três perguntas para...

**Trivél Calmon, coordenador de Estados e Municípios da BMJ Consultores Associados**  
**Regimentamento, o que acontece após o despacho Cajado faz um novo relatório ou o parlamento analisará se o que foi alterado no Senado?**  
Após a Câmara ter o julgamento, a Casa vai analisar somente os dispositivos modificados pelo Senado Federal e submeter à nova votação. Depois disso, o texto final será remetido ao presidente da República para sanção ou veto.

**Se o Fundo Constitucional do DF retornar ao arcação fiscal, o presidente Lira ainda pode vetar este item e criar o fundo?**  
Caso a Câmara não aceite a mudança do Senado — de retirar o Fundo Constitucional do Distrito Federal do limite de gastos anual —, o presidente da República poderá vetar o dispositivo e, assim, manter o FCF fora do arcação fiscal. No entanto, todos os votos têm de passar por votação posterior do Congresso Nacional. Isto é, mesmo nesse cenário, ainda haverá possibilidade de o FCF ser mantido na nova regra fiscal. Para derrubar o veto presidencial é necessário maioria absoluta de deputados (257) e de senadores (13).

**Após finalizada a tramitação na Câmara, quanto tempo o presidente Lira tem para sanacionar o veto?**  
O presidente da República terá 15 dias úteis, a partir do recebimento do projeto pelo Palácio do Planalto, para sanacionar ou vetar. Em caso de veto, ele poderá ser integral, quando todo o projeto é rejeitado pelo chefe do Executivo, ou parcial, quando alguns dispositivos do texto são retirados.

**Quero falar, primeiramente, com o presidente Arthur Lira. Mas é claro que pretendo conversar com todos os líderes depois"**

**Celina Leão, vice-governadora**

**Caso o relator não inclua no seu texto o parecer do Senado, vamos trabalhar muito para que seja apresentado e aprovado um destaque que preserve o Fundo Constitucional"**

**Érika Kahay (PT), deputada federal**

Segundo o coordenador de Estados e Municípios da BMJ Consultores Associados, Trivél Calmon, os deputados federais devem analisar somente os dispositivos modificados pelo Senado. Celina disse que ela e o governador Bruno Brazuca (MDB) estão com "bons expectativas" e confiam na possibilidade da Câmara Federal.

**"Corpo a corpo"**  
Segundo o deputado Rafael Prudente (MDB), até o dia da

que dependem desses repasses. Seriam igualmente verificados dados econômicos negativos no nível de emprego e renda local.  
Como sede do governo brasileiro, o Distrito Federal, além dos encargos decorrentes desta responsabilidade, vem se mantendo por um processo migratório que tem superado os seus mínimos estimados demográficos desde a sua inauguração. Conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasília contabiliza uma população de 2,8 milhões de habitantes e já é a terceira maior cidade do país, em conta com a população das cidades de seu entorno.  
Nesse contexto, responder às exigências e demandas relacionadas aos desdobramentos

necessário revisar os cálculos. "Quando votamos, foram ditos vários valores: R\$ 1 bilhão, R\$ 20 bilhões, R\$ 70 bilhões, etc. Há contradições sobre o modelo de repasse e vamos discutir isso com a maior tranquilidade", destacou. "Se não vamos fazer nada que comprometa o endosso que governamentalmente estabelecemos para fazer o país, fiscal e financeiramente, equilibrando as receitas e as despesas", ressaltou o deputado federal.

Depois de reunião entre Arthur Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na última sexta-feira, ficou definido que quatro projetos acompanhados pela pasta econômica serão votados pela Câmara dos Deputados na semana que vem, entre eles o arcação fiscal. (Questionado se havia tempo hábil para todas essas pautas serem aprovadas, Haddad respondeu que sim. "Tô na boa" (a reunião com Lira). Tem agenda pesada na semana que vem, muita coisa para decidir, a gente programou a semana. A intenção é votar tudo na semana que vem", afirmou o ministro.

O deputado Professor Paulo Fernando (Republicanos), concordou com a fala do líder do governo na Câmara em relação aos estudos sobre os possíveis prejuízos. "Tá uma coisa que me preocupa quanto aos números — entre os dados do governo federal, do relator Cajado e da Sepal", destacou. No Correio, o parlamentar disse que a bancada do DF está "unida e conversando com outros deputados". "O trabalho agora é de convencimento em relação aos deputados que estamos ausentes, além dos que votaram contra na primeira vez, mostrando a importância do FCFDF para a capital do país", ressaltou.

A deputada Bia Kicijó (PL) disse que acredita na possibilidade do veto por parte do presidente Lira, caso o FCFDF seja colocado novamente no teto fiscal. Sobre a hipótese de um novo estado na Câmara, relacionado às perdas com o repasse, a parlamentar enfatizou: "o relator no Senado (Omar Aziz) colocou os números da perda no seu relatório e acho que isso deveria ser levado em consideração". Ela disse que tem conversado com vários parlamentares e, junto à bancada do DF, fez essa articulação. Corredorista da deputada, Alberto Fraga (PL) revelou uma conversa com o senador Omar Aziz, que teria tranquilizado a situação. "Ele disse que estava tudo certo, que tinha conversado com (Cláudio) Cajado e (Arthur) Lira. Semanas que vem vou estar na Câmara e vou falar diretamente com os dois, se a Lira resolver ajudar, está resolvida a questão", pontuou. Assim como Bia Kicijó, Fraga acredita que os dados do GDF precisam ser avaliados. "O Cajado se baseou nos técnicos da Câmara, que não quiseram ouvir os dados do GDF", lamentou.

inerentes à sua competência de ser sede do governo federal e responsabilidade que deve ser compartilhada com o governo federal e que há objeto de defesa quanto da imprescindibilidade e implementação do Fundo Constitucional do DF.  
**Cleir Bergo, conselheiro do Corcon-DF e professor de Mercado Financeiro da UNB**

**Desafios enormes**  
O Fundo Constitucional do DF foi criado pela Lei Federal nº 10.833/02 e o Distrito Federal conta com esse recurso para aplicar na educação pública, saúde e segurança

que dependem desses repasses. Seriam igualmente verificados dados econômicos negativos no nível de emprego e renda local.  
Como sede do governo brasileiro, o Distrito Federal, além dos encargos decorrentes desta responsabilidade, vem se mantendo por um processo migratório que tem superado os seus mínimos estimados demográficos desde a sua inauguração. Conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasília contabiliza uma população de 2,8 milhões de habitantes e já é a terceira maior cidade do país, em conta com a população das cidades de seu entorno.  
Nesse contexto, responder às exigências e demandas relacionadas aos desdobramentos

Veículo: Imprensa -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF  
Seção: Cidades + Política e Economia do DF Pagina: 13